

LICENCIATURA EM HISTÓRIA
MODALIDADE A DISTÂNCIA



HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA I
JOSÉ ADILÇON CAMPIGOTTO

PONTA GROSSA
2010

CRÉDITOS

Reitor UEPG João Carlos Gomes	Colaboradora de Planejamento Silviane Buss Tupich
Vice-Reitor Carlos Luciano Sant'Ana Vargas	Colaboradores em Informática Carlos Alberto Volpi Carmen Silvia Simão Carneiro Adilson de Oliveira Pimenta Júnior
Pró-Reitoria de Assuntos Administrativos Ariangelo Hauer Dias – Pró-Reitor	Projeto Gráfico Anselmo Rodrigues de Andrade Júnior
Pró-Reitoria de Graduação Graciete Tozetto Góes – Pró-Reitor	Colaboradoras em EAD Dênia Falcão de Bittencourt Jucimara Roesler
Divisão de Educação a Distância e de Programas Especiais Maria Etelvina Madalozzo Ramos – Chefe	Colaboradores de Publicação Mária Beatriz Ferreira – Revisão Sozângela Schemim da Matta – Revisão Rute Yumi Onnoda – Ilustração Beatriz Aparecida de Goes – Diagramação Luan Dione Rein – Diagramação Nicole Renata Chiaradia – Diagramação
Núcleo de Tecnologia e Educação Aberta e a Distância Leide Mara Schmidt – Coordenadora Geral Cleide Aparecida Faria Rodrigues – Coordenadora Pedagógica	Colaboradores Operacionais Carlos Alex Cavalcante Edson Luis Marchinski Thiago Barboza Taques
Programa Pró-Licenciatura Herminia Regina Bugeste Marinho – Coordenadora Geral Cleide Aparecida Faria Rodrigues – Coordenadora Adjunta Edson Armando Silva – Coordenador de Curso Marco Aurélio Monteiro Pereira – Coordenador de Tutoria	
Colaborador Financeiro Luiz Antonio Martins Wosiak	

APRESENTAÇÃO INSTITUCIONAL

Olá, acadêmico.

É com satisfação que constatamos que você superou as dificuldades iniciais do curso e o desafio de estudar a distância, com o apoio das mídias interativas.

Certamente você já percebeu que pode contar com a equipe da UEPG/Pró-licenciatura, que vem empreendendo o melhor de seus esforços para assegurar o seu sucesso nos estudos. Mas também deve ter percebido que esse sucesso depende principalmente de você – do seu esforço, da sua disciplina nos estudos, da sua vontade de aprender e de crescer enquanto profissional.

Saiba que, à medida que o curso avança, aumentarão gradativamente a complexidade e o nível de exigência das disciplinas – isso significa mais dedicação aos estudos, mais leitura, maior espírito crítico e investigativo por parte do estudante.

A riqueza da educação a distância, mediada pelas novas tecnologias da informação e da comunicação (TICs) reside principalmente no potencial interativo que essas mídias apresentam, favorecendo comunicação constante e eficaz entre professores e estudantes e superando as barreiras de tempo e espaço.

Assim sendo, esperamos que você, a partir deste semestre, intensifique ainda mais a sua participação nas atividades do curso, explorando com maior profundidade os recursos da Plataforma Moodle, recorrendo frequentemente aos tutores e ao professor formador e buscando o aprofundamento dos conhecimentos em sites, livros e nos demais recursos indicados pelos professores/autores.

Seja um estudante comprometido e ajude-nos a construir um curso com elevada qualidade acadêmica e profissional, curso que se tornou possível graças aos esforços conjuntos do MEC/CAPES/FNDE e das universidades brasileiras, orientadas pelo propósito de aprimorar o trabalho dos professores em nosso país.

Você não está sozinho nesta jornada, pois a nossa equipe terá o maior prazer em atendê-lo. Entre em contato conosco sempre que desejar – esclareça dúvidas, expresse suas opiniões, relate suas experiências, apresente críticas e sugestões, utilizando as diversas mídias disponíveis para nossos alunos.

A Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) lhe deseja um período letivo pleno de sucesso e realizações.

EQUIPE DO PRÓ-LICENCIATURA

SUMÁRIO

PALAVRAS DOS PROFESSORES	p. 07
OBJETIVOS E EMENTA	p. 09
UNIDADE I – A Consolidação	p. 11
Seção 1 – A Revolução Francesa	p. 12
Seção 2 – A Revolução Industrial	p. 14
Seção 3 – A Doutrina Monroe	p. 16
Seção 4 – As Independências Latino-Americanas	p. 18
UNIDADE II – A Crise	p. 37
Seção 1 – As Unificações e o Nacionalismo	p. 38
Seção 2 – A I Guerra Mundial	p. 40
Seção 3 – A Revolução Russa	p. 43
Seção 4 – A Grande Crise de 1929	p. 48
UNIDADE III – A Fragmentação	p. 67
Seção 1 – A II Guerra Mundial	p. 68
Seção 2 – A Guerra Fria	p. 74
Seção 3 – Novos Eixos de Conflito	p. 76
PALAVRAS FINAIS	p. 85
REFERÊNCIAS	p. 87
QUEM SOU	p. 89

A idade contemporânea representa um período específico da história ocidental. Boa parte dos historiadores concorda que esta etapa da história inicia com a revolução francesa de 1789. Marcado pela influência da filosofia iluminista e pela fé no poder do raciocínio lógico e científico, pode-se dizer que, de uma forma geral, acreditava-se que o conhecimento científico descobria soluções para a maioria dos problemas humanos. Assim, a civilização progrediria sem limites a cada novo conhecimento.

Atualmente discute-se a respeito do fim deste período e também existem vários questionamentos sobre a validade e as consequências do modelo de divisão da história usado tradicionalmente.

A idade contemporânea é marcada por vários acontecimentos importantes, tais como o desenvolvimento e consolidação do regime capitalista no ocidente, a ascensão e a queda do socialismo soviético e uma série de disputas territoriais, por mercados de consumo e por matérias-primas.

Pode-se, assim, dizer que o termo contemporaneidade vincula-se a uma visão de período histórico aberto porque inicia no final do século XVIII, estendendo-se aos dias atuais. Alguns historiadores consideram que se trata da época da globalização do planeta, o que a transformou no que se chama de “século breve”.

Por esse e outros motivos, o estudo histórico da idade contemporânea é considerado como uma tarefa complexa. Temos o sentimento de que nela encontra-se um curso de acontecimentos muito mais intenso do que em qualquer outro período histórico, a ponto de se falar que, é observável um aceleração da história.

O movimento de urbanização das cidades, em várias partes do planeta, pode ser tomado como um dos fatores que tornam compreensível tal aceleração. Isto porque a grande concentração de pessoas nas grandes metrópoles implica a ampliação na divulgação de informações e na troca de conhecimentos além da produção de bens de consumo e profundas transformações no ritmo cotidiano dos sujeitos. Nessas circunstâncias, criam-se novas expectativas para o futuro, sejam elas positivas ou pessimistas.

Outro fator está vinculado ao que se chama mudança na perspectiva biológica, uma vez que os avanços no campo da saúde e nas condições de vida provocaram a dilatação nas expectativas de vida.

Esse detalhe é de suma importância uma vez que representa um aumento considerável do número de seres humanos viventes no planeta, acarretando mais consumo, mais rápido esgotamento de recursos naturais e mais demanda por espaço. No presente texto, estudaremos alguns acontecimentos notadamente considerados pelos historiadores como marcos da idade contemporânea.

Seja bem-vindo e tenha um bom estudo!!!!

OBJETIVOS DO FASCÍCULO

Objetivo Geral

- Construir uma reflexão sobre os principais marcos históricos da Contemporaneidade

Objetivos Específicos

- Conhecer os processos estruturantes na formação da hegemonia burguesa na Europa e nas Américas.
- Perceber a relação de acontecimentos e processos históricos na crise da hegemonia burguesa pelo capitalismo liberal.
- Compreender o processo de fragmentação da hegemonia burguesa no século XX.

Ementa

Mudanças e permanências na consolidação das sociedades contemporâneas e seus enfoques historiográficos. As revoluções do século XVIII e o nascimento do mundo moderno. Revolução Industrial e Revolução Francesa. O pensamento romântico e a consolidação da sociedade burguesa. O socialismo. A Comuna de Paris. O nacionalismo no século XIX.

Plano de Estudo

Nº UNIDADE	TÍTULO DA UNIDADE	HORAS
Unidade I	A CONSOLIDAÇÃO	24
Unidade II	A CRISE	24
Unidade III	A FRAGMENTAÇÃO	20

A CONSOLIDAÇÃO

ROTEIRO DE ESTUDO

- Seção 1 – A Revolução Francesa
- Seção 2 – A Revolução Industrial
- Seção 3 – A Doutrina Monroe
- Seção 4 – As Independências Latino-Americanas

UNIDADE I

Para início de conversa

Nesta Unidade, você analisará quatro dos principais movimentos sociais, políticos, culturais e econômicos responsáveis pela afirmação da hegemonia burguesa na Europa e nas Américas.

Na Seção 1 será enfocada a Revolução Francesa, em seus processos e desdobramentos na própria França, na Europa e nas colônias europeias no restante do mundo. A Seção 2 tratará da Revolução Industrial na Inglaterra e nos EUA, com seus processos técnico-disciplinares e de construção do mundo do trabalho contemporâneo.

Já a Seção 3 enfocará a Doutrina Monroe, conjunto de idéias que se tornou o fundamento da política dos Estados Unidos para com os outros países, principalmente, os países americanos durante o século XIX. E, finalmente, na Seção 4, você terá mais algumas informações sobre os processos de independência na América Latina.

Bom Estudo!!!

SEÇÃO 1

A Revolução Francesa

Na época da revolução, a economia francesa baseava-se na agricultura. Isso significa que mais ou menos oitenta por cento da população vivia na área rural. Na metade do século XVIII, grande parte dessas passava fome, devido ao peso dos impostos que oprimiam e depauperavam o povo.

Nos períodos de grandes secas ou inundações, a situação que já era difícil agravava-se ainda mais. Assim, ocorrem várias crises de abastecimento, na década de 1780, porque esses fenômenos climáticos eram muito frequentes. O comércio também passou por uma grave crise, enquanto que a indústria era prejudicada por conta das chamadas regulamentações mercantilistas impostas pelos governantes devido ao tratado estabelecido entre a França e a Inglaterra, no ano de 1786. Ali, ficava combinado que os tecidos fabricados na Inglaterra poderiam ser vendidos na França, o que causou a falência de muitas manufaturas francesas.

A revolução pode ser dividida em fases. A primeira delas (1789 - 1792) é conhecida como fase da implantação da monarquia moderada. O então governante da França, Luís XVI, convocou a assembleia dos estados gerais para resolver questões financeiras. O terceiro estado não concordou com as regras de votação e se autoproclamou como assembleia nacional constituinte, com o objetivo de elaborar uma constituição para a França.

A população mobilizava-se contra o aumento dos preços dos gêneros alimentícios. Começaram a saquear os castelos e os mosteiros e em 14 de julho ocuparam a Bastilha, prisão que representava o poder da realeza. A assembleia nacional aboliu os antigos privilégios de classe e aprovou a declaração dos direitos do homem e do cidadão, baseado no lema liberdade, igualdade e fraternidade. Foi elaborada a

primeira constituição, que instalava a monarquia constitucional. As decisões tomadas na assembleia não foram executadas, em sua maioria; a população revoltada ameaçou a família real. O rei perdeu o prestígio porque, entre outras coisas, não concordou com a decisão da assembleia de obrigar os nobres que emigraram a voltar à França sob pena de perder os bens; Luís XVI tentou fugir da França.

A segunda fase chama-se governo radical republicano e se estende entre os anos de 1792 e 1794. Na cidade de Paris foi organizada aquela que ficou conhecida como comuna insurrecional, dirigida por líderes populares: Marat, Danton e Hebert. Também foi estabelecido um conselho executivo provisório, enquanto que a convenção nacional declarou abolida a realeza, implantando a república.

As disputas de poder na convenção nacional resultaram na criação de três grupos políticos. O primeiro deles chamou-se a montanha e representava os trabalhadores. Os partidários deste grupo estavam dispostos a fazer mudanças radicais. Outro grupo, a gironda, reunia os interesses da burguesia o que implicava restabelecer a ordem, evitando a desorganização interna que ameaçava levar o país ao caos. A planície era o terceiro grupo e hora apoiava um, hora apoiava outro grupo. A situação era instável, pois faltavam gêneros alimentícios, os preços disparavam o que gerava muitas rebeliões populares.

Neste clima de agitações, o rei foi condenado à morte na guilhotina. Os membros da montanha saíram fortalecidos e implantaram um governo ditatorial, em dois de junho de 1793. Desencadeou-se, então, uma série de prisões e execuções dos inimigos. O governo ditatorial aboliu os privilégios de classe, tabelou preços, elaborou normas visando à extinção das rebeliões internas e a organização da força militar. Afirmouse que a violência utilizada durante o governo ditatorial determinou a sua ruína, principalmente devido ao radicalismo de um de seus líderes, chamado Robespierre. Esse período é conhecido como época do terror.

A terceira fase começa no ano de 1794 e se estende até 1799. Chamou-se período do governo conservador republicano, que se iniciou com a queda de Robespierre. Assim, o poder passou novamente às mãos da burguesia. Em 1795, elaborou-se uma nova constituição, instalando-se a chamada fase do diretório. O poder executivo passou a ser exercido por cinco “diretores”, e o poder legislativo tornou-se competência de dois órgãos políticos: o conselho dos quinhentos e o conselho dos anciãos.

O novo governo procurou extinguir os grupos que pretendiam a restauração da monarquia, assim como os grupos revolucionários que pretendiam realizar mudanças radicais. Os dirigentes políticos, no entanto, negligenciaram os problemas das camadas populares e investiram na recuperação financeira do país que dependia dos impostos provenientes dos territórios ocupados pelos franceses. Esta forma de condução política tornou o governo dependente das vitórias do general Napoleão Bonaparte, que, aos poucos, se tornava um verdadeiro ídolo popular.

Neste período, Graco Babeuf organizou a *chamada conspiração* dos iguais, ou seja, um movimento de caráter socialista que pregava a "*comunidade dos bens e do trabalho*". Segundo Graco, a única maneira de alcançar esta igualdade implicava a *eliminação da propriedade privada*. O levantamento foi esmagado pelo diretório, que determinou pena de morte a todos os participantes.

Os governantes do diretório não eram respeitados pela população. A burguesia percebeu que estas lideranças não teriam forças para resistir aos ataques externos e internos. Passou a pregar na necessidade de se constituir uma *ditadura militarizada*, forte o bastante para manter a ordem. Assim surge Napoleão Bonaparte, general famoso e

popular, que ainda era tenente na época em que estourou a revolução. Lutou contra os países absolutistas que invadiram a França. Apoiado por alguns generais e outros políticos influentes, criou o consulado. Foi o golpe de Estado chamado de 18 de Brumário. Em seis de maio de 1804, foi proclamado imperador da França, governando o país por dez anos. Ampliou as fronteiras francesas e realizou reformas políticas e sociais, alinhadas aos burgueses. Depois disso foi derrubado do poder e exilado.

SEÇÃO 2

A Revolução Industrial

No sistema de artesanato, em que o ser humano transforma a matéria prima em produtos manufaturados, trabalhava-se por conta própria. Então, o sujeito possuía as ferramentas necessárias à confecção dos produtos, os meios de produção. O artesão dominava todos os passos da transformação, das matérias-primas até chegar aos produtos finais. Um marceneiro, por exemplo, preparava a madeira e usava suas ferramentas e todo o material necessário para fabricar os móveis, e ele mesmo vendia o produto e ficava com os lucros. Mas essa forma de trabalho foi se modificando aos poucos.

A vontade de produzir mais para o mercado, fez com que um novo tipo de trabalhadores fosse reunido num mesmo espaço e cada um deles ficava encarregado de uma tarefa específica. Eles vendiam sua força de trabalho, porque a matéria-prima e as ferramentas pertenciam aos sujeitos que contratavam estes trabalhadores. Era um novo sistema de produção que surgia, e sua principal característica consistia na divisão do trabalho e no incremento da produtividade.

Aos poucos, com o desenvolvimento deste sistema, a produção passou a ser industrial. O uso de máquinas em grande quantidade implantou-se na Inglaterra, a partir de meados do século XVII e alterou profundamente a economia mundial, provocando grandes mudanças sociais, transformações políticas e culturais que se fizeram sentir no mundo contemporâneo.

A revolução industrial, portanto, é um dos marcos para o início da chamada Idade Contemporânea. Trata-se de um processo que se preparou e se desenvolveu no período que se estende entre os séculos XV e o XVIII.

O capitalismo da época moderna pôde consolidar-se, graças à revolução industrial, como um sistema econômico, substituindo as formas de trabalho e organização social desenvolvidas no período feudal. O sistema implica basicamente a dicotomia entre aqueles que produzem e os meios de produção.

O grupo que detém as ferramentas necessárias para a transformação das matérias-primas em produtos é chamado de burguesia. Os produtores, trabalhadores, possuindo apenas a sua força de trabalho, vendem-na no mercado em troca do recebimento de um salário. Assim, nesse sistema, a própria mão de obra converteu-se em mercadoria.

A revolução industrial iniciou na Inglaterra porque ali existia um grupo expressivo de detentores de capital acumulado a partir dos lucros obtidos em atividades comerciais. Esse mesmo grupo controlava a oferta de produtos manufaturados nos mercados

coloniais, desde o século XVII.

Além disso, o regime de governo inglês era parlamentarista, o que contribuía para o desenvolvimento do sistema. O estado inglês favorecia esta camada dominante na sociedade da época. Além disso, a Inglaterra possuía grandes minas de carvão e ferro, matérias-primas fundamentais para a produção de máquinas e a geração de energia. Ainda havia mão de obra abundante nas cidades, pois o êxodo rural era intenso.

Como a lã inglesa era muito procurada no mercado europeu, muitas das terras comunais foram cercadas para a criação de ovelhas, o que demandava pouca mão de obra. Os trabalhadores rurais foram expulsos para as cidades, e a oferta de mão de obra provocava seu barateamento e ampliava os lucros.

A primeira fase da revolução industrial se estende entre os anos de 1700 e 1850 e foi liderada pela Inglaterra. Aí surgiram as primeiras máquinas feitas de ferro e a vapor. A procura por produtos industrializados, por parte da América, da Ásia e da Europa favorecia o processo de mecanização.

Nessa primeira fase a indústria têxtil desenvolveu-se mais do que outro tipo de manufatura; mas o setor da metalurgia também foi estimulado, assim como a descoberta de novas fontes de energia.

Neste período foram inventadas, entre outras: a máquina de Hargreaves, que era capaz de fiar 80 kg de fios de algodão de uma só vez e sob os cuidados de um só operário, o tear hidráulico, o tear mecânico, a máquina a vapor, o barco a vapor e a locomotiva a vapor. Tal ampliação industrial provocou a disputa por novos fornecedores de matérias-primas e consumidores de produtos resultando no que se denominou neocolonialismo.

Em 1850, iniciou-se a segunda fase da revolução industrial. A industrialização adquiriu um ritmo mais acelerado, abarcando outros setores da economia. Difundiuse o uso do aço, novas fontes energéticas, a eletricidade e o petróleo, e o sistema de comunicações desenvolveu-se. A revolução industrial espalhou-se por todo o continente europeu e pelo resto do mundo, atingindo a Bélgica, a França, a Itália, a Alemanha, a Rússia, os Estados Unidos e o Japão.

A revolução industrial provocou uma forte disputa entre os vários países e, em decorrência, o aumento da militarização das potências mundiais, processo que teve como resultado, por exemplo, a chamada Primeira Guerra Mundial, que iniciou em 1914.

A era industrial transformou muitos aspectos da vida humana, provocando o aumento da população e acelerando o êxodo rural, o que faz surgir as grandes cidades e, com elas, os principais problemas da urbanização, como o abastecimento de água, o tratamento do esgoto, a oferta de produtos alimentares, a construção e preservação das estradas, a iluminação, a criação de escolas e construção de moradias.

No começo, o mercado de trabalho absorvia quase todos trabalhadores disponíveis, inclusive mulheres e crianças. A jornada diária de trabalho variava entre 14 e 18 horas. O grande número de pessoas em busca de emprego e a redução dos preços de venda dos produtos, provocada pela necessidade de competição, faziam os salários diminuir cada vez mais. Além do que, as novas tecnologias, muitas vezes, provocavam a demissão dos trabalhadores.

Toda essa situação provocava inúmeras revoltas e greves por parte dos trabalhadores. Nos centros mais desenvolvidos, eles se organizavam em sindicatos para melhor defender os seus interesses. E, assim, surgiram as chamadas novas doutrinas sociais, visando à construção de uma nova sociedade, sem miséria e sem a exploração

do trabalho.

A organização dos trabalhadores caracteriza-se, neste início, por atos para expressar o descontentamento pela situação, como a destruição das máquinas industriais, consideradas por eles como as principais responsáveis pela sua condição de miséria. Esse movimento inicial chamado luddista em função de um de seus líderes, William Ludd, foi reprimido ferozmente pelas forças policiais.

Os trabalhadores passaram, então, a se organizar para reivindicar melhores condições de vida e de trabalho. Surgiram deste modo, os sindicatos que também foram violentamente reprimidos. Tempos depois, conquistaram o reconhecimento oficial, alcançando vários de seus objetivos: elevação dos salários, redução das horas de trabalho, garantias contra os acidentes laborais, aumento da idade de admissão ao trabalho e diminuição do número de horas trabalhadas pelas crianças, férias e assim por diante.

SEÇÃO 3

A Doutrina Monroe

Os conflitos que explodiram na América Latina a partir do ano de 1810, relacionados às insurreições nativistas em prol da independência regional do domínio exercido pelo império espanhol e português, provocaram a elaboração de um documento, aprovado pelo congresso norte-americano em 1823, que ficou conhecido como a *Doutrina Monroe*.

O conjunto de ideias ali contido tornou-se o fundamento da política dos Estados Unidos para com os outros países, principalmente os países americanos. Ao mesmo tempo, os princípios de tal política serviram como pretexto para as mais variadas ações intervencionistas norte-americanas no nosso continente.

Nesse mesmo momento, na Europa, em abril de 1823, cem mil soldados, os chamados filhos de S. Luís, em nome da coligação estabelecida entre os soberanos europeus, chamada Santa Aliança, que fora estabelecida no ano de 1815 entre os imperadores da Rússia, da Prússia, da Áustria e o rei da França, ocuparam a Espanha, a pedido de Fernando VII, rei espanhol, que se sentia ameaçado por um levante organizado pelos liberais espanhóis.

A Santa Aliança implicava a defesa da ideia de que os privilégios das dinastias europeias estavam acima dos direitos dos povos. A aliança recuperou o trono para Fernando VII por meio de força militar enviada do exterior. Em consequência, os espanhóis sentiram-se estimulados a retomar suas colônias americanas. Entretanto, as colônias reagiram contra a metrópole.

Esse contexto político de recolonização forçada e de retaliação contra as lideranças do Novo Mundo possibilitou ao então presidente dos Estados Unidos, James Monroe, enviar ao Congresso americano a mensagem da Doutrina Monroe, que se opunha à coligação dos monarcas europeus.

Conforme os princípios contidos no documento, os Estados Unidos se colocariam como defensores e protetores dos países latino-americanos recém-emancipados. Repudiariam qualquer ato de intervenção armada por parte da Santa Aliança.

Tratava-se de uma advertência às potências europeias contra o domínio colonial sobre o continente americano e contra a interferência nos princípios republicanos da luta de emancipação. Assim, o Novo Mundo fechava as portas à subordinação à Europa. Os três princípios gerais de doutrina Monroe eram os seguintes:

- a) o continente americano não pode ser recolonizado;
- b) é proibida a intervenção dos países europeus nos negócios internos ou externos dos países americanos;
- c) os Estados Unidos da América, em troca, se absterão no que diz respeito aos assuntos europeus.

James Monroe afirmava que

Com a existência de colônias ou dependências outras pertencentes a qualquer poder europeu nós não interferimos e seguiremos não interferindo. Mas no caso de um governo que já declarou sua independência e conseguiu sustentá-la e aqueles outros que já a conseguiram conquistar a sua independência anteriormente, com grande consideração e dentro de justos princípios, reconhecidos, nós não podemos aceitar nenhuma interposição com o propósito de oprimi-lo, ou controlá-lo de qualquer outra maneira o destino deles, por qualquer poder europeu, ou qualquer outro que assim o fizer, será visto como uma manifestação de uma disposição hostil em relação aos Estados Unidos. Na guerra entre estes novos Governos e a Espanha nós declaramos a nossa neutralidade ao tempo em que ainda não atingiram o seu reconhecimento, e a isso nós nos apegamos e continuaremos nos apegando, e não alteraremos a nossa posição senão de acordo com o julgamento das autoridades competentes deste Governo (dos EUA), só havendo uma mudança da parte dos Estados Unidos se for indispensável a sua segurança. (MERCK, 1968, p. 11)

Essa doutrina teve várias e importantes consequências que perduraram por longo tempo, apesar de os norte-americanos não exercerem tanto poder naquela época. Para se ter uma idéia, cerca de dez anos antes da aprovação da doutrina, durante a guerra anglo-americana, que se estendeu entre os anos de 1812 e 1814, o exército britânico ocupou e incendiou a cidade de Washington, a capital do país.

Nessa época, a esquadra inglesa era ‘senhora absoluta dos mares’. Pouco mais tarde, o exército franco-britânico bloqueou o Rio da Prata; logo depois, no ano de 1833, os ingleses ocuparam as Ilhas Malvinas, que estava sob o domínio argentino.

Mas isso não é tudo.

Em 1840, os ingleses dominavam o território de Belize na América Central e, em 1862, os Estados Unidos tiveram de assistir o México passar para o domínio da França. Somente quando terminou a guerra da secessão, em 1865, a doutrina passou a ser posta em prática, mas não sem sofrer importantes alterações. De um conjunto de princípios anti-intervencionistas, passou a ser utilizada como justificativa para a intervenção. Muitos países da América Latina, especialmente os da região do Caribe e da América Central, foram submetidos aos interesses econômicos e estratégicos dos Estados Unidos.

As Independências Latino-Americanas

O sistema colonial implantado pelos espanhóis na América passou por importantes transformações no decorrer do século XVII. Tais mudanças são consideradas como resultado do envolvimento da metrópole nas guerras europeias e da chamada crise da mineração.

A Espanha foi forçada a fazer concessões à Inglaterra, por meio do tratado de Utrecht, estabelecido em 1713. É que o governo espanhol fora derrotado na guerra motivada pela sucessão no trono da Espanha e teve que conceder aos ingleses o privilégio de intervir no comércio colonial por meio do *asiento*, isto é, fornecimento anual de escravos africanos e do *permiso*, ou seja, a venda direta de manufaturados às colônias.

Era o início da influência econômica inglesa sobre a região e o término do monopólio espanhol sobre suas colônias americanas. O governo espanhol ainda manteve o controle sobre a maior parte das atividades comerciais nas colônias, preservando também o controle político.

No contexto da revolução industrial inglesa e da revolução francesa, o domínio espanhol na América encontrava-se dividido administrativamente, em quatro vice-reinados e quatro capitânicas gerais. Os vice-reinados eram: Nova Espanha, que compreendia o México e parte do território atualmente pertencente aos Estados Unidos; Nova Granada, que abrangia Colômbia e Equador; Peru; e Prata, que englobava Argentina, Uruguai, Bolívia e Paraguai.

Por sua vez, as capitânicas gerais eram Cuba, Guatemala, Venezuela e Chile. Como foi dito anteriormente, os cargos político-administrativos eram exercidos por sujeitos vindos diretamente da metrópole. A economia colonial baseava-se na exportação de matérias-primas. A mineração de ouro e prata era concentrada na região do México e da Bolívia.

Na América Central e nas Antilhas, desenvolveu-se uma agricultura tropical com base no sistema de *plantation*, isto é, latifúndios de exploração monocultora. O regime de trabalho era escravo. A pecuária concentrava-se principalmente no México e no vice-reinado do Prata. O comércio era praticado nas grandes cidades portuárias, como Buenos Aires, Valparaíso, Cartagena e Vera Cruz.

Mesmo assim, a nova realidade promoveu um movimento de abertura. A eliminação do sistema de frotas e do sistema de porto único, na metrópole e como nas colônias, favoreceu os grupos dominantes na metrópole e o próprio Estado. Foram liberadas as transações comerciais entre as colônias (desde que não concorressem com a Espanha) e os chamados *criollos* adquiriram o direito de negociar diretamente com a metrópole.

Essas transformações possibilitaram o aumento dos ganhos efetuados pela elite *criolla*, mas ainda havia a proibição de instalação e a restrição de acesso livre aos principais portos coloniais. As leis garantiam os privilégios dos nascidos na Espanha. A elite colonial era proibida de assumir cargos políticos e administrativos, de obter as patentes mais altas do exército e de ascender aos principais cargos.

A sociedade colonial tanto espanhola quanto portuguesa era formada por

brancos, mestiços, índios e negros. No caso da espanhola, os conflitos se davam entre a aristocracia *criolla* e os *chapetones*.

A sociedade colonial espanhola era formada por uma população de dez milhões de habitantes. Os brancos eram mais ou menos três milhões e meio e eram divididos pela categoria de *chapetones* e *criollos*.

Os *chapetones* representavam, numericamente, cerca de um quarto da população branca. Eram nascidos na Espanha e encarregados do poder político. Os *criollos* eram nascidos na América, descendentes de espanhóis, e constituíam a elite econômica e intelectual da colônia. Eram latifundiários, comerciantes, profissionais liberais e membros do baixo clero. Os mestiços eram cerca de cinco milhões e dedicavam-se ao pequeno comércio e ao artesanato.

Os indígenas somavam mais de dez milhões, servindo como a mão de obra explorada na mineração e na agricultura. Os negros, perto de oitocentos mil, concentravam-se principalmente nas Antilhas e formavam a mão de obra escrava utilizada na agricultura.

As idéias iluministas, difundidas na Europa no decorrer do século XVIII, tiveram reflexos na América, particularmente sobre a elite colonial que as adaptou a seus interesses, isto é, a defesa da liberdade diante do domínio espanhol e a preservação das estruturas produtivas que lhes garantiriam a riqueza.

A invasão das tropas napoleônicas sobre a Espanha acelerou uma série de rupturas no sistema colonial. Deve-se considerar, no entanto, que ocorria um conjunto de modificações também nas metrópoles tais como aquelas decorrentes da revolução industrial e da revolução francesa.

O movimento contrário à ocupação francesa desencadeou-se tanto na Espanha como nas colônias. As elites coloniais deram início à formação das chamadas juntas governativas, das quais, boa parte defendia ações imediatas de ruptura total com a metrópole e baseava seus discursos na visão liberal iluminista.

As principais características desse movimento são as seguintes:

- A significativa participação popular, mas sob a liderança da elite local;
- O caráter militar, contrário à metrópole;
- O esfacelamento territorial: uma colônia dava origem a vários países;
- O regime republicano era a forma de governo adotado, menos no México.

O movimento de emancipação das colônias espanholas no continente americano ocorrido nas primeiras décadas do século XIX é o resultado das modificações verificadas nas relações entre metrópole e colônia e da propagação do liberalismo decorrente da revolução francesa e da proclamação da independência nos EUA. Também é influenciado pelas guerras napoleônicas.

A Espanha reformulou certos aspectos de seu pacto colonial, durante o século XVIII. A interrupção do monopólio comercial da casa de contratação de Sevilha proporcionou alguma flexibilidade nas formas de comércio entre metrópole e colônia. A metrópole, no entanto, procurou ainda impedir o incremento das manufaturas coloniais e combateu as práticas de contrabando desenvolvidas pelos súditos da coroa inglesa.

Era uma forma de política contrária aos interesses da elite colonial, o grupo responsável, em sua maioria, pela liderança desses movimentos emancipacionistas. Como já vimos, eram sujeitos considerados como inferiores pela elite metropolitana, sendo proibidos de ocupar cargos públicos, civis ou militares.

Vale lembrar que as guerras desenvolvidas pelo império napoleônico distorceram

o equilíbrio de forças existente entre as nações europeias. Por exemplo, em junho de 1808, Napoleão Bonaparte invadiu o território espanhol, destituindo do poder o rei Carlos IV.

Os franceses impuseram aos espanhóis um rei francês, chamado José Napoleão. A reação americana consistiu em que os *cabildos*, espécies de câmaras municipais da administração colonial, a maioria dirigida pelos *criollos*, declaram-se fiéis a Fernando VII, herdeiro de Carlos IV, rechaçando a reconhecer o governo de José I (José Napoleão). Assim, começaram a exigir maior autonomia e mais liberdade comercial.

Após a derrota de Napoleão, a monarquia espanhola foi restaurada, passando a reprimir os movimentos emancipacionistas. Então, a elite *criolla* resolveu romper definitivamente com a metrópole, contando para isso com a aprovação por parte do governo inglês, francamente interessado na abertura dos mercados latino-americanos para comercializar produtos industrializados.

A Inglaterra contribuiu militar, financeira e diplomaticamente com as novas nações. Dessa forma, o Paraguai proclamou independência no ano de 1811. A Argentina, apoiada pelos exércitos comandados pelo general José de San Martín, proclamou-se independente em 1816. José Artigas liderou derrotou as tropas espanholas, em 1811, mas o Uruguai foi apropriado pelo rei dom João VI de Portugal, em 1821, e anexado ao Brasil, sob o nome de Província Cisplatina, até 1828.

O general José de San Martín organizou, ainda, a revolta contra a Espanha no Chile e, com o auxílio dos líderes locais, liberta o país no ano de 1818. Avança até o Peru e torna o país independente em 1822, com o auxílio da esquadra marítima chefiada pelo inglês Lord Cochrane.

Mais ao norte, Simón Bolívar liderou o movimento de libertação da Venezuela, ocorrida em 1819, da Colômbia, em 1819, do Equador no ano de 1822 e da Bolívia, proclamada em 1825. Ocorreu que, em 1822, Bolívar e San Martín haviam se reunido na cidade de Guayaquil, Equador, a fim de debater o futuro da América hispânica. San Martín era partidário de governos formados por príncipes europeus enquanto que Bolívar defendia a unidade das ex-colônias e a formação de uma federação de repúblicas. A proposta bolivariana foi rediscutida em 1826, durante o congresso do Panamá, mas não foi aprovada.

A participação popular nas revoltas pela independência foi constante, mas a elite manteve a hegemonia. No caso do México, porém, a participação popular aproximou-se de uma revolução social porque os índios e mestiços rebelaram-se contra os espanhóis e a elite *criolla*. Os camponeses foram liderados pelos padres Hidalgo e Morelos, reivindicando a abolição da escravidão, a divisão das terras e o fim de vários tributos. Foram, porém, derrotados. Os *criollos* assumiram o movimento de independência e aclamando o general Itúrbide como imperador do México, em 1821.

Na América Central, que fora anexada por Itúrbide, o movimento de libertação resultou na formação da República Unida da América Central, entre os anos de 1823 e 1838. Desta república surgiram Guatemala, Honduras, Nicarágua, Costa Rica e El Salvador. O Panamá tornou-se independente em 1821, e a República Dominicana, no ano de 1844. A última possessão espanhola no continente foi Cuba, que assim permaneceu até a guerra hispano-americana.

A fragmentação dos territórios é uma característica do movimento de libertação das colônias espanholas, ao contrário do ocorrido na América. Assim, a Grã-Colômbia formou a Venezuela e Colômbia. A divisão também ocorreu na República Unida da América Central, como vimos, e na Confederação Peru-Boliviana. Tal fragmentação

é geralmente explicada tendo em vista o próprio sistema colonial, porque as diversas regiões do império espanhol eram isoladas entre si. Esta política da metrópole favoreceu o surgimento de lideranças locais fortes, os chamados caudilhos.

Podemos dizer então que a independência dos Estados Unidos da América e a Revolução Francesa precipitaram o fim do sistema colonial luso-espanhol. Primeiramente, a independência das treze colônias norte-americanas resultou na formação dos Estados Unidos, que assim tornaram-se o primeiro país soberano do Novo Mundo. O acontecimento tornou-se fonte de inspiração para os movimentos de independência latino-americanos. Podemos dizer também que o regime republicano exerceu admirável deslumbramento sobre a aristocracia *criolla* da América espanhola.

A revolução francesa teve grande impacto. A atuação de Napoleão Bonaparte, que impôs a supremacia francesa à Europa e o estabelecimento do bloqueio continental contra a Inglaterra, corresponde a um golpe fatal contra o sistema colonial ibero-americano. Por outro lado, a invasão de Portugal pelos franceses desfez o pacto colonial luso-brasileiro, acelerando a independência do Brasil.

Os conflitos entre *criollos*, partidários do livre comércio, e os chapetones, defensores do monopólio metropolitano, foi outro fator importante no processo de independência das colônias espanholas na América.



Síntese

Nesta primeira Unidade de seu curso de História Contemporânea I, você pôde conhecer os processos que consolidaram a hegemonia burguesa na Europa e nas Américas.

Na Seção I, foi abordada a Revolução Francesa. Você viu que, na época da revolução, a economia francesa baseava-se na agricultura. Isso significa que mais ou menos oitenta por cento da população vivia na área rural. Na metade do século XVIII, grande parte delas passava fome, devido ao peso dos impostos que oprimiam o povo.

A primeira fase da Revolução, 1789-1792 é conhecida como da implantação da monarquia moderada. O então governante da França, Luís XVI, convocou a assembleia dos estados gerais para resolver questões financeiras. A população mobilizava-se contra o aumento dos preços dos gêneros alimentícios.

A assembleia nacional aboliu os antigos privilégios de classe e aprovou a declaração dos direitos do homem e do cidadão, baseada no lema liberdade, igualdade e fraternidade. Mas o rei perdeu o prestígio porque, entre outras coisas, não concordou com a decisão da assembleia de obrigar os nobres que emigraram a voltar à França sob pena de perder os bens. Luís VXXI, então, tentou fugir da França.

As disputas de poder na convenção nacional resultaram na criação de três grupos políticos: a montanha, a gironda e a planície. Neste clima de agitações o rei foi condenado à morte na guilhotina. O governo ditatorial aboliu os privilégios de classe, tabelou preços, elaborou normas visando à extinção das rebeliões internas e a organização da força militar. Esse período é conhecido como Época do Terror.

Em 1795, elaborou-se uma nova constituição, instalando-se a chamada fase do diretório. O novo governo procurou extinguir os grupos que pretendiam a restauração da monarquia, assim como os grupos revolucionários que pretendiam realizar mudanças radicais. Os dirigentes políticos negligenciaram os problemas das camadas populares e investiram na recuperação financeira do país que dependia dos impostos provenientes dos territórios ocupados pelos franceses.

Neste período, Graco Babeuf organizou a chamada conspiração dos iguais, ou seja, um movimento de caráter socialista que pregava a “comunidade dos bens e do trabalho”. Contudo, os governantes do diretório não eram respeitados pela população. Assim surgiu Napoleão Bonaparte, general famoso e popular, que ainda era tenente na época em que estourou a revolução. Ampliou as fronteiras da França e realizou reformas políticas e sociais alinhadas aos burgueses.

A seguir, você trabalhou com os processos da Revolução Industrial. Viu que, no antigo sistema de trabalho, o artesão dominava todos os passos da transformação das matérias-primas até chegar aos produtos finais.

No novo sistema, as principais características são a divisão do trabalho e o incremento da produtividade. Aos poucos, com o desenvolvimento deste sistema, a produção passou a ser industrial. A revolução industrial é um dos marcos para o início da chamada Idade Contemporânea.

O capitalismo da Época Moderna pôde consolidar-se, graças à revolução industrial, como um sistema econômico, substituindo as formas de trabalho e organização social desenvolvidas no período feudal. O grupo que detém as ferramentas necessárias para a transformação das matérias-primas em produtos é chamado de burguesia. Os produtores, trabalhadores, possuindo apenas a sua força de trabalho, vendem-na no mercado em troca do recebimento de um salário.

Assim, a própria mão de obra converteu-se em mercadoria. A revolução industrial iniciou na Inglaterra, porque ali existia um grupo expressivo de detentores de capital acumulado a partir dos lucros obtidos em atividades comerciais. O estado inglês favorecia esta camada dominante.

A procura por produtos industrializados, por parte da América, da Ásia e da Europa favorecia o processo de mecanização. Na primeira fase, a indústria têxtil desenvolveu-se mais do que outro tipo de manufatura. Em 1850, iniciou-se a segunda fase da revolução industrial.

A revolução industrial provocou uma forte disputa entre os vários países e o aumento da militarização das potências mundiais, processo que teve como resultado, por exemplo, a chamada Primeira Guerra Mundial. A era industrial transformou muitos aspectos da vida humana, provocando o aumento da população e, acelerando o êxodo rural, fez com que surgissem as grandes cidades e com elas surgiram os principais problemas da urbanização.

No começo, o mercado de trabalho absorvia quase todos trabalhadores disponíveis, inclusive mulheres e crianças. O grande número de pessoas em busca de emprego e a redução dos preços de venda dos produtos fazia os salários diminuir cada vez mais. As novas tecnologias provocavam a demissão dos trabalhadores.

Toda essa situação provocava inúmeras revoltas e greves por parte dos trabalhadores. Nos primórdios da organização dos trabalhadores eles expressavam seu descontentamento quebrando as máquinas, consideradas por eles como as principais responsáveis pela sua condição de miséria.

Tempos depois, conquistaram o reconhecimento oficial, alcançando seus

objetivos: elevação dos salários, redução das horas de trabalho, garantias contra os acidentes de trabalho, diminuição de idade e do número de horas de trabalho das crianças, férias e assim por diante.

Na Seção 3, foi trabalhada a Doutrina Monroe, o conjunto de ideias que se tornou o fundamento da política dos Estados Unidos para com os outros países, principalmente, os países americanos.

Fernando VII, rei da Espanha, sentiu-se ameaçado por um levante organizado pelos liberais. Pediu auxílio à aliança que fora estabelecida no ano de 1815 entre os imperadores da Rússia, da Prússia, da Áustria e o rei da França. A aliança implicava a defesa da ideia de que os privilégios das dinastias europeias estavam acima dos direitos dos povos.

Esse contexto político de recolonização forçada e de retaliação contra as lideranças do Novo Mundo possibilitou ao então presidente dos Estados Unidos, James Monroe, enviar ao Congresso americano a dita mensagem que se opunha à coligação dos monarcas europeus.

Conforme os princípios contidos no documento, os Estados Unidos se colocariam como defensores e protetores dos países latino-americanos recém-emancipados. Repudiariam, também, qualquer ato de intervenção armada por parte da Santa Aliança.

Os três princípios gerais de doutrina Monroe eram os seguintes: a) o continente americano não pode ser recolonizado; b) é proibida a intervenção dos países europeus nos negócios internos ou externos dos países americanos; c) os Estados Unidos da América, em troca, se absterão no que diz respeito aos assuntos europeus. Nesta época a esquadra inglesa era ‘senhora absoluta dos mares’. Muitos países da América Latina, especialmente da região do Caribe e da América Central foram submetidos aos interesses econômicos e estratégicos dos Estados Unidos.

Na Seção 4, que encerrou a Unidade, você teve um novo olhar sobre o processo das independências e formação dos Estados nacionais na América Latina. Viu que o sistema colonial implantado pelos espanhóis na América passou por importantes transformações no decorrer do século XVII e que tais mudanças são consideradas como resultado do envolvimento da metrópole nas guerras europeias e da chamada crise da mineração.

No contexto temporal onde ocorreram a revolução industrial inglesa e a revolução francesa, o domínio espanhol na América encontrava-se dividido administrativamente em quatro vice-reinados e quatro capitânicas gerais.

A mineração de ouro e prata era concentrada na região do México e da Bolívia. A pecuária concentrava-se, principalmente, no México e no vice-reinado do Prata. A eliminação do sistema de frotas e do sistema de porto único, na metrópole e também nas colônias, favoreceu os grupos dominantes na metrópole e o próprio Estado.

As leis garantiam os privilégios dos nascidos na Espanha. Na América, os conflitos se davam entre a aristocracia *criolla* e os *chapetones*. Estes eram nascidos na Espanha e encarregados do poder político. Os *criollos* eram nascidos na América, descendentes de espanhóis e constituíam a elite econômica e intelectual da colônia. Eram latifundiários, comerciantes, profissionais liberais e membros do baixo clero.

O movimento contrário à ocupação francesa desencadeou-se tanto na Espanha como nas colônias. O movimento de emancipação das colônias espanholas no continente americano ocorreu nas primeiras décadas do século

XIX é o resultado das modificações verificadas nas relações entre metrópole e colônia e da propagação do liberalismo decorrente da revolução francesa e da proclamação da independência nos EUA.

Era uma forma de política contrária aos interesses da elite colonial, o grupo responsável, em sua maioria, pela liderança desses movimentos emancipacionistas. Simón Bolívar liderou o movimento de libertação da Venezuela, ocorrido em 1819, da Colômbia, em 1819, do Equador no ano de 1822 e da Bolívia, em 1825.

Ocorreu que, em 1822, Bolívar e San Martín haviam se reunido na cidade de Guayaquil, Equador, a fim de debater o futuro da América hispânica. A fragmentação dos territórios é uma característica do movimento de libertação das colônias espanholas, ao contrário do ocorrido na América.

A divisão também ocorreu na República Unida da América Central, como vimos, e na Confederação Peru-Boliviana. Podemos dizer, então, que a independência dos Estados Unidos da América e a Revolução Francesa precipitaram o fim do sistema colonial luso-espanhol.

Primeiramente, a independência das treze colônias norte-americanas resultou na formação dos Estados Unidos, que assim tornou-se o primeiro país soberano do Novo Mundo. Os conflitos entre *criollos*, partidários do livre comércio, e os *chapetones*, defensores do monopólio metropolitano, foi outro fator importante no processo de independência das colônias espanholas na América.

Na próxima Unidade você estudará os processos de crise do modelo capitalista liberal, tanto na Europa quanto em suas áreas de influência.

Bom estudo!!!



Atividades

Seção 1

1. Quais os efeitos das crises na agricultura sobre a população francesa em relação à revolução?
2. O que foi a crise no comércio?
3. Resuma a primeira fase da revolução.
4. Por que o rei da França perdeu seu prestígio diante da população?
5. O que significa a fase do governo radical republicano?
6. Quais as principais diferenças entre o governo republicano e o conservador?
7. O que foi a comuna de Paris?
8. Fale sobre a entrada em cena de Napoleão Bonaparte.

Seção 2

1. Quais as principais diferenças entre o sistema artesanal e o industrial?
2. Que alterações provocaram o uso de máquinas em grande quantidade?
3. Quais as relações entre a produção industrial e o sistema capitalista?
4. O que significa dizer que a própria mão de obra converteu-se em mercadoria?
5. Fale sobre a importância da mão de obra em abundância para o desenvolvimento da revolução industrial.
6. Que aspectos da vida humana foram modificados com a revolução?
7. Fale sobre a reação dos trabalhadores frente ao novo sistema de trabalho?

Seção 3

1. Como surgiu a doutrina Monroe?
2. Quais os princípios da doutrina Monroe?
3. Quais as consequências da doutrina?
4. Que alterações a doutrina sofreu depois da guerra secessão?

Seção 4

1. Quais as principais mudanças ocorridas no sistema colonial espanhol no século XVII?
2. Qual a base da economia das colônias?
3. A quem eram reservados os cargos político-administrativos?
4. Qual a influência da doutrina liberal sobre o movimento de independência das colônias espanholas?
5. Quais as consequências da invasão da Península Ibérica por Napoleão para o movimento de descolonização da América Latina?
6. Qual o papel de José Artigas, San Martín e Simón Bolívar?
7. Qual a especificidade do caso mexicano?

Texto Complementar UNIDADE I - Seção 1 – A Revolução Francesa

A revolução francesa é uma revolução burguesa que depende do envolvimento maciço dos camponeses para se afirmar. Mas, ao mesmo tempo, os camponeses tinham os seus próprios motivos para lutar. Pode-se, portanto, falar que, paralelamente à revolução burguesa, ocorreu também uma revolução camponesa. Isto para não falar da revolução "sans-culotte". O trabalho de Lefebvre é significativo, no sentido de que ele procura rastrear o comportamento dessa massa camponesa, a partir da análise da mentalidade. E é através do estudo da mentalidade que Lefebvre explica o Grande Medo de 1789: um conjunto de revoltas camponesas que assinalam decisivamente a entrada na cena revolucionária desse grupo social. O texto abaixo é a conclusão do livro de Lefebvre.

O GRANDE MEDO

Georges Lefebvre

O Grande Medo nasceu do medo do "bandido", que por sua vez é explicado pelas circunstâncias econômicas, sociais e políticas da França em 1789. No antigo regime, a mendicância era uma das chagas dos campos; a partir de 1788, o desemprego e a carestia dos víveres a agravaram. As inumeráveis agitações provocadas pela penúria aumentaram a desordem. A crise política também ajudava com sua presença, porque super excitando os ânimos ela fez o povo francês tomar-se turbulento. No mendigo, no vagabundo, no amotinado viam sempre a figura do "bandido". O tempo da colheita sempre fora motivo de preocupação: ela se tomou época perigosa; os alarmes locais se multiplicaram.

Quando a colheita começou, o conflito entre o Terceiro Estado e a aristocracia, sustentada pelo poder real, e que, em diversas províncias, já tinha dado as revoltas da fome um caráter social, transformou-se de repente em guerra civil.

A insurreição parisiense e as medidas de segurança, que deviam, pensava-se, expulsar as pessoas sem domicílio da Capital e das grandes cidades, fizeram com que o medo dos bandidos se tomasse geral, enquanto se esperava ansiosamente o golpe que os aristocratas derrotados fariam ao Terceiro Estado para se vingarem dele com a ajuda estrangeira.

Que os bandidos tão anunciados recebessem deles seu soldo, disso não se duvidava mais, e assim a crise econômica e a crise política e social, conjugando seus efeitos, espalharam entre os cidadãos o mesmo terror, o que permitiu a propagação pelo reino de alguns alarmes locais. Mas se o medo dos bandidos foi um fenômeno geral, não foi isso que caracterizou o Grande Medo, e é um erro tê-los confundido.

Nessa gênese do Grande Medo, não há nenhum indício de conspiração. Se o medo ao errante tinha sua razão de ser, o bandido aristocrata era um fantasma. Os revolucionários incontestavelmente contribuíram para evocá-lo, mas o fizeram de boa fé. Se eles espalharam o rumor de uma conspiração aristocrática, foi porque nela acreditavam. Eles exageraram desmesuradamente sua importância: somente a corte

pensou em um golpe de força contra o Terceiro Estado e, ao executá-lo, mostrou uma lamentável incapacidade; mas eles não cometeram o erro de desprezar seus adversários, e, como eles lhes emprestassem sua própria energia e decisão, tinham razão em temer o pior. Além do mais, para colocar do seu lado as cidades, eles não tinham necessidade do Grande Medo; a revolução municipal e o armamento o precederam e este é um argumento decisivo.

Quanto à população faminta que nas cidades e nos campos se agitava por trás da burguesia, esta tinha todos os motivos para temer os acessos de desespero desses miseráveis, e a Revolução sofreu muito com isso. Se é compreensível que seus inimigos a tenham acusado de haver compelido esses pobres coitados a derrubar o Antigo Regime para colocar em seu lugar uma nova ordem, onde ela iria reinar, é natural que também ela tenha suspeitado que a aristocracia fomentasse a anarquia para impedi-la de se instalar no poder. Que, além disso, o medo dos bandidos tenha sido um excelente pretexto para se atemorizarem, sem confessá-lo, contra a realeza, é evidente; mas o próprio rei tinha usado do mesmo estratagema para encobrir seus preparativos contra a Assembléia. No que se relaciona particularmente com os camponeses, a burguesia não tinha nenhum interesse em vê-los derrubar, usando as jacqueries, o regime senhorial, e a Assembléia Constituinte não tardaria em prová-lo, pelas atenções que ela até demonstrou. Mas, ainda uma vez, admitindo-se mesmo que ela tivesse uma opinião contrária, não tinha necessidade do Grande Medo: as insurreições camponesas tinham começado antes dele.

Entretanto, não podemos concluir que o Grande Medo não tenha tido nenhuma influência no desenrolar dos acontecimentos e que ele constitui, usando-se a linguagem dos filósofos, um epifenômeno.

Uma violenta reação sucedeu o pânico, onde, pela primeira vez, assinala-se a energia guerreira da Revolução e se fornece a unidade nacional ocasião de se manifestar e de se fortificar. Depois, essa reação, sobretudo nos campos, voltou-se contra a aristocracia; reunindo os camponeses, ela os tornou conscientes de sua força, e reforçou o ataque que estava sendo planejado para arruinar o regime senhorial. Não é, portanto, apenas o caráter estranho e pitoresco do Grande Medo que merece reter nossa atenção: ele contribuiu na preparação da noite de quatro de agosto, e, por isso, ele está entre os episódios mais importantes da história da nossa pátria.

Lefebvre, Georges. O Grande Medo de 1789. Rio de Janeiro, Campus, 1979, pp. 191-2.

Texto Complementar UNIDADE I - Seção 2 – A Revolução Industrial

O texto do historiador inglês E. J. Hobsbawm possibilita a compreensão dos fatores que tornaram possível a passagem de uma economia incompleta e pré-capitalista à produção industrial e capitalista propriamente dita. O autor observa que a "arrancada" inicial para o processo de industrialização está diretamente relacionada a determinadas condições econômicas que se encontravam presentes na Grã-Bretanha já em fins do século XVIII, destacando a primazia do setor têxtil. Para Hobsbawm, do ponto de vista tecnológico e científico, as condições para uma "revolução industrial" se concretizaram antes mesmo da "arrancada" inicial. Por fim, o autor salienta a importância do que Marx denominou "o mercado mundial" e o papel até então desempenhado pela Inglaterra neste mesmo mercado.

AS ORIGENS E O DESENVOLVIMENTO DA REVOLUÇÃO INDUSTRIAL BRITÂNICA

Eric J. Hobsbawm

Discutiu-se freqüentemente, sobre as condições gerais para a "arrancada" inicial. A maioria está de acordo em que o estímulo particular que impulsiona a indústria a atravessar a porta da revolução industrial pode apenas ocorrer sob determinadas condições econômicas e sociais, que não precisamos discutir extensamente aqui, pois atualmente não são objeto de controvérsia, pelo menos no que diz respeito à Grã-Bretanha, em cujo século XVIII não faltou nenhuma.

Além disso, é consenso que a presença destes estímulos é mais provável numa indústria produtora de bens de consumo amplamente difundidos, estandardizados razoavelmente mais para compradores pobres do que para ricos, fabricados com matérias-primas cuja demanda pode crescer sem aumentar excessivamente os custos, e cujo transporte reflete pouco no preço (em tempos recentes tornou-se a assinalar a situação vantajosa da Grã-Bretanha no período pré-industrial, quando os transportes navais eram bastante menos custosos do que os terrestres).

Uma indústria desta natureza se prestaria, de maneira especial, a revolução, se fosse possível introduzir a mudança tecnológica com sentido oportunista e a baixo custo, e se não fosse demasiado complexo; isto é, se não exigisse um conjunto altamente capacitado ou tecnicamente especializado de empresários e operários, ou um investimento preliminar excessivo, ou inovações científicas e tecnológicas prévias.

Quando os novos métodos de produção não se mostram claramente superiores, em eficiência e rentabilidade, ao velho e provado sistema, surge sempre um período de experimentação e incerteza, que para muitos investidores significou a falência.

Mas, quanto mais simples e menos custosas forem as inovações, mais provável será sua adoção geral. Em outras palavras, "não é uma simples bobagem supor que o setor têxtil foi o melhor preparado para dar sinal de partida na primeira arrancada".

É necessário, no entanto, conhecer ainda as condições superficiais que estimularam essa "arrancada". Entre elas se encontram, certamente:

a) uma limitação externa para a expansão dos velhos métodos (como, por exemplo, a escassez da mão de obra ou o alto custo dos transportes) que torna difícil

aumentar a produção além de certo ponto com os métodos existentes, e, sem dúvida, b) uma perspectiva de expansão do mercado, tão ampla, que justifique a diversificação ou o aperfeiçoamento dos métodos antigos; e

c) tão rápida, que a ampliação e modificação destes não possam enfrentá-la. Mais, quais são as circunstâncias que produzirão essas condições?

Parece provável que um estudo do mercado nos proporcione a resposta. E aqui, a redescoberta da importância do que Marx chamou "o mercado mundial", permitiu um progresso significativo. Na verdade, não basta apenas sugerir que "o impulso inicial em direção a industrialização possa brotar tanto do exterior, quanto do interior de uma mesma economia".

Sob as condições do desenvolvimento capitalista, antes da revolução industrial, e mais provável que o impulso provenha do exterior. Por essa razão, esta cada vez mais claro que as origens da revolução industrial da Grã-Bretanha não podem ser estudadas exclusivamente em termos de história britânica.

A árvore da expansão capitalista moderna cresceu numa determinada região da Europa, mas suas raízes tiraram seu alimento de uma área de intercâmbio e acumulação primitiva muito mais ampla, que incluía tanto as colônias de além-mar, ligadas por vínculos formais, quanto as "economias dependentes" da Europa Oriental, formalmente autônomas. A evolução das economias escravistas de além-mar, e das baseadas na servidão, do Oriente, participaram tanto do desenvolvimento capitalista, quanto a evolução da indústria especializada e das regiões urbanizadas do setor mais "avançado" da Europa.

Começa a ficar claro, além disso, que eram necessários os recursos de todo esse universo econômico para abrir uma fenda industrial em qualquer país do setor economicamente avançado. Na verdade, e muito provável que, dadas as condições dos séculos XVI a XVIII, houvesse lugar no mundo apenas para uma potência industrial avançada, de tal forma que agora devemos nos perguntar por que devia ser precisamente a Inglaterra essa potência avançada.

Qual foi o fator que criou uma base verdadeiramente adequada para o desenvolvimento posterior da economia britânica? A resposta é bem conhecida: foi a construção das vias férreas entre 1830 e 1850, com sua capacidade de consumir ferro e aço que - medida com os padrões do tempo - resultava ilimitada. Em 1830, ano da inauguração da estrada de ferro Liverpool-Manchester, a produção de aço britânico oscilava entre 600 e 700 mil toneladas, mas depois da "loucura" ferroviária da década de 1840-1850 atingiu (entre 1847 e 1848) os dois milhões de toneladas. Todos concordam em que foram as estradas de ferro o fator determinante do desenvolvimento da siderurgia e do carvão, nesse período.

Qual foi a causa desta explosão imprevista dos investimentos ferroviários? Nesse caso não se pode supor a previsão de enormes ganhos e a demanda insaciável que produziram a "arrancada" do algodão, mesmo quando entre 1830-1840 os benefícios potenciais da revolução técnica foram mais bem compreendidos que no século XVIII. Nem a demanda de transporte ferroviário (razoavelmente previsível por ocasião dos primeiros investimentos maciços), nem os lucros que poderiam ser esperados, podem explicar a paixão com a qual o público dos investidores britânicos se lançou na construção das estradas de ferro. Muito menos pode dar conta da perturbação mental que tomou os investidores durante booms especulativos como a "loucura ferroviária" das décadas de 1830 a 1850. Na verdade, como é sabido, muitos investidores perderam seu dinheiro, e, para a maioria dos que restaram, as vias férreas acabaram sendo antes

um cofre-forte, do que um investimento lucrativo.

Dispomos realmente de esboços para uma explicação deste processo. Já faz tempo, e reconhecido que as vias férreas transformaram o mercado de capitais, criando uma saída para as economias das classes abastadas, e absorvendo a maior parte das 60 milhões de libras esterlinas que constituíam cada ano, o excedente de capital britânico a procura de oportunidades de investimento.

Mas, não seria razoável inverter esta afirmação e sustentar que as estradas de ferro foram criadas pela pressão do excedente que se acumulava, diante da impossibilidade de encontrar uma saída adequada nas indústrias já existentes, que não estavam em condições de absorver novos capitais?

A pressão foi particularmente intensa nesse período (como de maneira geral e admitido) porque a alternativa mais óbvia - exportar os excedentes de capital -, tinha sido temporariamente desincentivada pelas violentas experiências padecidas por aqueles que investiram na América meridional e setentrional. Do ponto de vista dos investidores, se as estradas de ferro não tivessem existido, teria sido preciso inventá-las. (...)

Neste artigo limitei-me a apresentar algumas questões fundamentais da história econômica que se relacionam com a origem e o desenvolvimento da revolução industrial britânica, em detrimento da análise de muitos aspectos tradicionais do tema, assim como também de alguns problemas contíguos. Pode ser afirmado com tranquilidade que o interesse pelas origens e o desenvolvimento da revolução industrial britânica é muito maior hoje do que no passado. Também não há dúvida de que estamos cada vez mais perto de uma formulação clara do problema, e, talvez, de algumas hipóteses adequadas, mas a discussão ainda hoje continua sendo nebulosa e obscura. Espero que este ensaio possa contribuir para torná-la mais transparente.

Hobsbawm, Eric J. *As Origens da Revolução Industrial*. São Paulo, Global, 1979, pp. 112-5, 121-3 e 124-5.

Alberto Memmi é autor de um texto considerado já clássico sobre o imperialismo. Ao contrário dos textos cheios de números e análises, Memmi nos fornece, segundo Roland Corbisier, que prefaciou a tradução brasileira, um livro que não deixa de "refletir a realidade, de nos revelar o que há, de essencial nesse mecanismo, nessa engrenagem inumana, impiedosa, implacável, que, depois de desfigurar e aviltar o colonizado e corromper o colonizador, desemboca, inevitavelmente, no terrorismo e na tortura". É o relato de alguém que viveu, como colonizado, a realidade do imperialismo. Os dois trechos selecionados procuram traçar um quadro geral das questões postas por Memmi. A leitura do livro, evidentemente, é indispensável.

O RETRATO DO COLONIZADO PRECEDIDO PELO RETRATO DO COLONIZADOR

Albert Memmi

Os motivos econômicos, do empreendimento colonial estão, atualmente, esclarecidos por todos os historiadores da colonização; ninguém acredita mais na missão cultural e moral, mesmo original, do colonizador. Em nossos dias, ao menos, a partida para a colônia não é a escolha de uma luta incerta, procurada precisamente por seus perigos, não é a tentação da aventura, mas a da facilidade. É suficiente, aliás, interrogar o europeu das colônias: que razões o levaram a expatriar-se e, principalmente, a persistir em seu exílio? Acontece que ele fala também em aventura, em pitoresco e em expatriação. Mas, por que não os procurou na Arábia, ou simplesmente na Europa Central, onde não se fala sua própria língua, onde não encontra um grupo importante de compatriotas seus, uma administração que o serve, um exército que o protege? A aventura comportaria mais imprevisto; essa expatriação, no entanto, mais certa e de melhor qualidade, teria sido de duvidoso proveito: a expatriação colonial, se é que há expatriação, deve ser, antes de mais nada, bastante lucrativa. Espontaneamente, melhor que os técnicos da linguagem, nosso viajante nos proporá a melhor definição de colônia: nela ganha-se mais, nela gasta-se menos. Vai-se para a colônia porque nela as situações são garantidas, altos os ordenados, as carreiras mais rápidas e os negócios mais rendosos. Ao jovem diplomado oferece-se um posto, ao funcionário uma promoção, ao comerciante reduções substanciais de impostos, ao industrial matéria-prima e mão de obra a preços irrisórios.

Mas, seja: suponhamos que exista esse ingênuo, que desembarque por acaso, como viria a Toulouse ou a Comar. Precisaria de muito tempo para descobrir as vantagens de sua nova situação? Pelo fato de ser percebido mais tarde, o sentido econômico da viagem colonial nem por isso deixa de impor-se, e rapidamente. O europeu das colônias pode também, é claro, amar essa nova região, apreciar o pitoresco dos seus costumes. Mas, mesmo repellido pelo seu clima, pouco à vontade no meio de suas multidões estranhamente vestidas, saudoso do seu país natal, o problema doravante é o seguinte: deve aceitar esses aborrecimentos e esse mal-estar em troca das vantagens

da colônia?

Bem cedo não esconde mais; é freqüente ouvi-lo sonhar em voz alta: alguns anos ainda e comprara uma casa na metrópole..., uma espécie de purgatório em suma, um purgatório remunerado. Doravante, mesmo farto, enjoado de exotismo, algumas vezes doente, ele se prende: a armadilha funcionara até a aposentadoria ou mesmo até a morte. Como retomar a metrópole, onde lhe seria necessário reduzir seu padrão de vida pela metade? Retomar a lentidão viscosa de sua carreira metropolitana?

Tendo descoberto o lucro, por acaso ou porque o havia procurado, o colonizador não tomou ainda consciência, apesar disso, do papel histórico que deveria desempenhar. Precisa dar mais um passo no conhecimento de sua nova situação: falta-lhe compreender igualmente a origem e a significação desse lucro. A bem dizer, isso não tardara muito. Poderia demorar muito tempo para ver a miséria do colonizado e a relação dessa miséria com seu bem-estar? Percebe que esse lucro só é tão fácil porque tirado de outros. Em suma, faz duas aquisições em uma: descobre a existência do colonizado e ao mesmo tempo seu próprio privilégio.

Sabia, sem dúvida, que a colônia não era povoada unicamente por colonos ou colonizadores. Tinha mesmo alguma idéia dos colonizados graças aos livros de leitura de sua infância; tinha visto no cinema certo documentário sobre alguns de seus costumes, escolhidos de preferência pela sua estranheza. Mas esses homens pertenciam precisamente aos domínios da imaginação, dos livros ou do espetáculo. Não lhe diziam respeito, ou muito pouco, indiretamente, por intermédio de imagens comuns a toda a sua nação, epopéias militares, vagas considerações estratégicas. Inquietavam-no um pouco desde que tinha decidido ir ele mesmo rara a colônia; não mais, porém, do que o clima, talvez desfavorável, ou a água que diziam ser por demais calcária. E eis que esses homens, subitamente, deixam de ser simples elemento de cenário geográfico ou histórico, e instalam-se em sua vida.

Nem mesmo pode decidir-se a evitá-los: deve viver em relação constante com eles, pois é essa relação mesma que lhe permite esta vida, que decidiu procurar na colônia; é essa relação rendosa que cria o privilégio. Encontra-se em um dos pratos de uma balança que carrega, no outro, o colonizado. Se seu nível de vida é elevado, e porque o do colonizado é baixo; se pode beneficiar-se de mão de obra, de criadagem numerosa e pouco exigente, e porque o colonizado é explorável impunemente e não se acha protegido pelas leis da colônia; se ocupava tão facilmente postos administrativos, é porque esses postos lhe são reservados e porque o colonizado deles está excluído; quanta mais respira a vontade mais o colonizado sufoca.

Tudo isso não pode deixar de ser por ele descoberto. Não é ele que correria o risco de ser convencido pelos discursos oficiais, pois esses discursos são redigidos por ele, ou por seu primo, ou por seu amigo; as leis que estabelecem seus direitos exorbitantes e os deveres dos colonizados, é ele que as concebe, e, porque é incumbido de sua aplicação, esta necessariamente no segredo das instruções discriminatórias, muito pouco discretas, alias, referentes às classificações nos discursos e a distribuição dos empregos. Se pretendesse ficar cego e surdo em relação ao funcionamento de toda a máquina, bastaria que recolhesse os resultados: ora, e ele o beneficiário de todo o empreendimento.

É impossível, finalmente, que não verifique a ilegitimidade constante de sua situação. Ilegitimidade que, além disso, é de certa maneira dupla. Estrangeiro, chegado a um país pelos acasos da história, conseguiu não apenas um lugar, mas tomar o do habitante, e outorgar-se privilégios surpreendentes em detrimento dos que a eles

tenham direito. E isso, não em virtude das leis locais, que legitimam de certo modo a desigualdade pela tradição, mas subvertendo normas vigentes e substituindo-as pelas suas.

Revela-se assim duplamente injusto: é um privilegiado e um privilegiado não legítimo, quer dizer, um usurpador. E, finalmente, não apenas aos olhos do colonizado, mas aos seus próprios olhos. Se objeta algumas vezes que privilegiados também existem no meio dos colonizados, feudais, burgueses, cuja opulência iguala ou ultrapassa a sua, o faz sem convicção. Não ser o único culpado pode tranquilizar, mas não absolver. Reconheceria facilmente que os privilégios dos autóctones são menos escandalosos que os seus. Sabe também que os colonizados mais favorecidos serão sempre colonizados, isto é, que certos direitos lhes serão e recusados, que certas vantagens lhes serão estritamente reservadas. Em resumo, a seus olhos, como aos olhos de sua vítima, sabe-se usurpador: é preciso que se acomode com esses olhares e com tal situação.

O que é verdadeiramente o colonizado importa pouco ao colonizador. Longe de querer apreender o colonizado na sua realidade, preocupa-se em submetê-lo a essa indispensável transformação. E o mecanismo dessa remodelagem do colonizado é, ele próprio, esclarecedor.

Consiste, inicialmente, em uma série de negações. O colonizado não é isso, não é aquilo. Jamais é considerado positivamente; ou se o é, a qualidade concedida procede de uma lacuna psicológica ou ética. Assim, no que se refere à hospitalidade árabe que dificilmente pode passar por um traço negativo. Se observarmos bem, verificaremos que o louvor é feito por turistas, europeus de passagem, e não pelos colonizadores, quer dizer europeus instalados na colônia. Tão logo instalado, o europeu não desfruta mais dessa hospitalidade, interrompe as trocas, contribui para erguer barreiras. Rapidamente muda de palheta para pintar o colonizado, que se toma ciumento, ensimesmado, exclusivista, fanático. Que é feito da famosa hospitalidade? Já que não pode negá-la, o colonizador ressalta então suas sombras, e suas desastrosas conseqüências.

Decorre da irresponsabilidade, da prodigalidade do colonizado, que não tem o senso da previsão, da economia. Do importante ao fêlé, as festas são belas e generosas, com efeito, mas vejamos o que se segue. O colonizado se arruína, pede dinheiro emprestado e finalmente paga com o dinheiro dos outros! Fala-se, ao contrário, da modéstia da vida do colonizado? Da tão famosa ausência de necessidades? Isso é menos uma prova de prudência que de estupidez. Como se, enfim, todo traço reconhecido ou inventado devesse ser o índice de uma negatividade.

Assim se destroem, uma após outra, todas as qualidades que fazem do colonizado um homem. E a humanidade do colonizado recusada pelo colonizador, torna-se para ele, com efeito, opção inútil, pretende ele, procurar, prever as atitudes do colonizado ("Eles são imprevisíveis") ("Com eles nunca se sabe!"). Uma estranha e inquietante impulsividade parece-lhe comandar o colonizado. É preciso que o colonizado seja bem estranho, em verdade, para que permaneça tão misterioso após tantos anos de convivência..., ou então, devemos pensar que o colonizador tem boas razões para agarrar-se a essa impenetrabilidade.

Outro sinal dessa despersonalização do colonizado: o que se poderia chamar a marca do plural. O colonizado jamais é caracterizado de maneira diferencial: só tem direito ao afogamento no coletivo anônimo. ("Eles são isso... Eles são todos os mesmos").

Se a doméstica colonizada não vem certa manhã, o colonizador não dirá que ela está doente, ou que ela engana, ou que ela está tentada a não respeitar um contrato

abusivo. (Sete dias em sete: as domésticas colonizadas raramente se beneficiam do descanso hebdomadário concedido às outras.). Afirmará que "não se pode contar com eles". Isso não é uma cláusula de estilo. Recusa-se a encarar os acontecimentos pessoais, particulares, da vida de sua doméstica; essa vida na sua especificidade não o interessa, sua vida doméstica não existe como indivíduo.

Enfim, o colonizador nega ao colonizado o direito mais precioso reconhecido à maioria dos homens: a liberdade. As condições de vida, dadas ao colonizado pela colonização, não a levam em conta, nem mesmo a supõem. O colonizado não dispõe de saída alguma para deixar seu estado de infelicidade: nem jurídica (a naturalização) nem mística (a conversão religiosa): o colonizado não é livre de escolher-se colonizado ou não colonizado.

Que pode restar-lhe, ao cabo desse esforço obstinado de desnaturaçãõ? Não é mais, certamente, um alter ego do colonizador. Ainda é apenas um ser humano. Tende rapidamente para o objeto. A rigor, ambição suprema do colonizador deveria existir somente em função das suas necessidades, isto é, ser transformado em puro colonizado.

Nota-se a extraordinária eficácia dessa operação. Que importante dever temos em relação a um animal ou a uma coisa, com que se parece cada vez mais o colonizado? Compreende-se então que o colonizador possa permitir-lhe atitudes, julgamentos tão escandalosos. Um colonizado dirigindo um automóvel é um espetáculo ao qual o colonizador se nega a habituar-se; nega-lhe toda normalidade, como a uma pantomima simiesca. Um acidente, mesmo grave, que atinja o colonizado, quase faz rir. Uma multidão de colonizados metralhada, o faz dar de ombros. Aliás, a mãe indígena chorando a morte de seu filho, a mulher indígena chorando seu marido não lhe recordam senão vagamente a dor da mãe ou da esposa. Esses gritos desordenados, esses gestos insólitos bastariam para esfriar sua compaixão, se chegasse a nascer. Recentemente, um autor nos contava com bom humor como, a exemplo da caça, encurralava-se em grandes jaulas indígenas revoltados. Que se tivesse imaginado e depois ousado construir essas jaulas e talvez mais ainda, que se tenha deixado os repórteres• fotografarem as prisões, prova bem que, no espírito de seus organizadores, o espetáculo nada mais tinha de humano.

Memmi, Albert. Retrato do Colonizado Precedido pelo Retrato do Colonizador. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1967, pp. 216 e 80-3.

